



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	25. FEV. 1990
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

RN, RDP, EPNC: "situação económica difícil"

# Sindicatos estão a preparar a resposta mais adequada

Fundação Cuidar o Futuro

Os meios sindicais e laborais portugueses rejeitam frontalmente a decisão tomada pelo Governo de Sá Carneiro, no passado sábado, ao declarar em situação económica difícil três empresas públicas (a Radiodifusão Portuguesa, a Rodoviária Nacional, e a EP dos Jornais Notícias) e «Capital».

Num comunicado conjunto subscrito pela CGTP-Intersindical Nacional e pelas três federações sindicais do sector de transportes chama-se a atenção do Governo «para as graves consequências das medidas anunciadas», lembrando que os trabalhadores «não ficarão passivos perante este ataque frontal aos seus direitos e interesses».

As mesmas organizações sindicais anunciam que «estão a estudar as medidas adequadas para fazer frente a esta ofensiva do Governo PPD/CDS contra as empresas nacionalizadas e contra os trabalhadores». Estes — insistem os sindicatos — «não se deixarão intimidar e não permitirão nem a diminuição das suas regalias, nem despedimentos, nem o congelamento dos CCT's numa altura em que o Governo procede a aumentos brutais de preços».

A declaração de uma empresa

em situação económica difícil envolve a possibilidade de aplicação de medidas de carácter excepcional, lesivas dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Nomeadamente:

- a não aplicação, total ou parcial, de cláusulas dos instrumentos de regulamentação colectiva (tabelas salariais, subsídios e outras regalias pecuniárias, etc.);

- a suspensão dos contratos individuais de trabalho, ficando os trabalhadores a receber um subsídio equivalente ao de desemprego;

- a efectivação de outras medidas consideradas «adequadas» (o que, no caso da Rodoviária, poderá trazer como «inovação» um regime de intermitências que force os trabalhadores a permanecer ao dispor da empresa durante 13 ou mais horas por dia, sem contrapartida pecuniária).

De notar que o Governo anuncia medidas idênticas para outras empresas dos sectores de transportes e comunicação social.

## RODOVIÁRIA

«A declaração da RN em si-

tução económica difícil e o anúncio de **medidas especiais** contra outras empresas de transportes só podem ser entendidas como a tentativa de esconder a incapacidade deste Governo para resolver os graves problemas que afectam o sector, e a intenção clara de fazer pagar aos trabalhadores as consequências desastrosas da política imposta pelo FMI e pela CEE, assim como a incompetência total de que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral já deu sobejas provas nestes escassos 60 dias de ocupação do poder» — comentam, mais especificamente, as federações sindicais dos Rodoviários e dos Ferroviários.

Também os núcleos de trabalhadores socialistas da Rodoviária Nacional se manifestam em oposição às medidas adoptadas relativamente à empresa. Negando razões técnicas para tal decisão, os socialistas enquadram-se numa «manobra política mais vasta que ultrapassa o âmbito da empresa, e que é dirigida contra os trabalhadores portugueses em geral e também contra o **sector empresarial do Estado**».

Acrescentam os militantes do PS:

«É pois indispensável que os trabalhadores do sector empresarial do Estado compreendam a grave ameaça que lhes é feita pelos AD's «democráticos», e que se preparem para lhes dar a merecida resposta. Em particular, dizemos aos indecisos e hesitantes que, ao menos agora, percebam claramente quem está e quem não está pela democracia, pelas liberdades cívicas e pelos direitos económicos das classes trabalhadoras».

## RDP

Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações, maioritário da RDP — Radiodifusão Portuguesa, considera «extremamente grave» a decisão tomada pelo Governo, sobretudo no momento em que os trabalhadores se preparam para lutar pela actualização dos seus vencimentos.

Este sindicato exige a revogação da medida tomada, e propõe-se estudar em conjunto com outros sindicatos e com a CT da empresa as formas de luta adequadas.